

## O nascimento do Grupo de Discussão de Pesquisa em Educação Ambiental e Educomunicação: sinergias em crescimento

### The birth of the Environmental Education and Educommunication Research Discussion Group: growing synergies

### El nacimiento del Grupo de Investigación en Educación Ambiental y Educomunicación: sinergias crecientes

Thaís Brianezi<sup>1</sup>  
Carmen Gattás<sup>2</sup>  
Rachel Hidalgo<sup>3</sup>

#### Resumo

Este artigo documenta e analisa o nascimento do Grupo de Discussão de Pesquisa (GDP) em Educação Ambiental e Educomunicação, que estreou no XII Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA), realizado de 13 a 17 de abril de 2025 em Matinhos (PR), no *campus* da Universidade Federal do Paraná (UFPR). A partir desse objetivo geral, o texto se estrutura em torno de três objetivos complementares: 1) apresentar o histórico de sinergias entre a educomunicação e a educação ambiental; 2) evidenciar, a partir de fatos recentes, alguns deles inéditos, como a chamada educomunicação socioambiental vem se fortalecendo no campo acadêmico e das políticas públicas; c) analisar as pesquisas apresentadas e debatidas no GDP durante o XII EPEA à luz das quatro tensões anunciadas na ementa dele (estratégia x tática; complexidade x redução; virtualidade x aterramento; ancestralidade x aceleração).

**Palavras-chave:** Educação ambiental. Educomunicação. Educomunicação socioambiental. EPEA.

#### Abstract

This paper documents and analyzes the creation of the Research Discussion Group (GDP) on Environmental Education and Educommunication, which debuted at the 12th Environmental Education Research Meeting (EPEA), held from April 13 to 17, 2025, in Matinhos, Paraná, on the *campus* of the Federal University of Paraná (UFPR). Based on this general objective, the text is structured around three complementary objectives: 1) to present the history of synergies between educommunication and environmental education; 2) to highlight, based on recent facts, some of them unprecedented, how so-called socio-environmental educommunication has been strengthening in academia and public policy; and c) to analyze the research presented and discussed at the GDP during the 12th EPEA in light of the four tensions announced in its syllabus (strategy vs. tactics; complexity vs. reduction; virtuality vs. grounding; ancestry vs. acceleration).

**Keywords:** Environmental education. Educommunication. Socioenvironmental educommunication. EPEA.

#### Resumen

Este artículo documenta y analiza la creación del Grupo de Discusión de Investigación (GDP) en Educación Ambiental y Educomunicación, que se estrenó en la 12.ª Reunión de Investigación en Educación Ambiental (EPEA), celebrada del 13 al 17 de abril de 2025, en Matinhos, Paraná, en el *campus* de la Universidad Federal de Paraná (UFPR). Con base en este objetivo general, el texto se estructura en torno a tres objetivos complementarios: 1) presentar la historia de las sinergias entre la educomunicación y la educación ambiental; 2) destacar, con base en hechos recientes, algunos de ellos inéditos, cómo la llamada educomunicación socioambiental se ha fortalecido

<sup>1</sup> Professora da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo e líder do Compartilhantes - pesquisa e ação em educomunicação, meio ambiente e políticas públicas, [tbrianezi@usp.br](mailto:tbrianezi@usp.br).

<sup>2</sup> Pesquisadora do Compartilhantes - pesquisa e ação em educomunicação, meio ambiente e políticas públicas, [caluga8@gmail.com](mailto:caluga8@gmail.com).

<sup>3</sup> Pesquisadora do Compartilhantes - pesquisa e ação em educomunicação, meio ambiente e políticas públicas, [rachelhidalgomz@gmail.com](mailto:rachelhidalgomz@gmail.com).

en la academia y las políticas públicas; y c) analizar las investigaciones presentadas y discutidas en el GDP durante la 12.<sup>a</sup> EPEA a la luz de las cuatro tensiones anunciadas en su programa de estudios (estrategia vs. táctica; complejidad vs. reducción; virtualidad vs. arraigo; ancestralidad vs. aceleración).

**Palabras clave:** Educación ambiental. Educomunicación. Educomunicación socioambiental. EPEA.

## 1. Introdução

O Grupo de Discussão de Pesquisa (GDP) em Educação Ambiental e Educomunicação estreou no XII Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA), realizado de 13 a 17 de abril de 2025 em Matinhos (PR), no campus da Universidade Federal do Paraná (UFPR). O lançamento do nono e mais novo GDP da Rede EPEA consagrou um histórico de aproximações epistemológicas, acadêmicas, ativistas e em políticas públicas entre os dois campos - convergência que recebeu o nome de educomunicação socioambiental. E que, como este artigo demonstra, tem crescido cada vez mais, abrindo um horizonte promissor para as pesquisas na área.

Como já é tradicional nos EPEAs, o GDP foi dividido em dois momentos: 1) a sessão de apresentação de trabalhos do nosso GDP, realizada no dia 14 de abril à tarde, e 2) as sessões de discussão mais gerais sobre as tendências, oportunidades e desafios de pesquisa, que aconteceram à noite (no próprio dia 14 de abril e também no seguinte). Os(as) autores(as) dos cinco trabalhos selecionados para o GDP tiveram 20 minutos para apresentação oral, seguidos de 20 minutos de diálogo aberto a respeito dela. Já os debates das sessões noturnas giraram em torno do histórico e das perspectivas de aproximação entre educomunicação e educação ambiental, buscando analisar o contexto do surgimento do GDP 9 e planejar, conjuntamente, estratégias para a sua continuidade e fortalecimento.

A ementa do GDP 9, publicada no site do XII EPEA, dispõe:

Pesquisas sobre as convergências epistemológicas e empíricas da educação ambiental e da educomunicação nas ações, projetos, programas e políticas públicas brasileiras da chamada educomunicação socioambiental, com foco no tratamento de problemáticas-chave como a tensão entre: a) complexidade e redução; b) estratégia e tática; c) territorialização e virtualidade; d) limites e aceleração.

Fiel a ela, e com objetivo de documentar e analisar o nascimento do GDP Pesquisa em Educação Ambiental e Educomunicação, nós - Thaís Brianezi, Carmen Gattás e Rachel Hidalgo - que coordenamos a primeira edição deste importante espaço de discussão científica, buscamos, neste artigo: 1) apresentar o histórico de sinergias entre a educomunicação e a educação ambiental; 2) evidenciar, a partir de fatos recentes, alguns deles inéditos, como a chamada educomunicação socioambiental vem se fortalecendo no campo acadêmico e das políticas públicas; c) analisar as pesquisas apresentadas e debatidas no GDP durante o XII EPEA à luz das quatro tensões anunciadas na ementa.

## 2. Uma aproximação antiga que vem se fortalecendo

O Grupo de Discussão de Pesquisa em Educação Ambiental e Educomunicação foi proposto em 2023 pelo Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da Universidade de São

Paulo (USP), que passou a integrar a Rede EPEA em 2022, e que em 2026 completa trinta anos de existência e protagonismo no campo da educomunicação. A justificativa que fundamentou a criação do GDP 9 foi o histórico de aproximação entre os campos da educomunicação e da educação ambiental no Brasil, que se reflete em um relevante arcabouço jurídico-institucional e teórico-metodológico (Brianezi; Gattás, 2022).

Em 2005, por exemplo, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) lançou o Programa de Educomunicação Socioambiental, institucionalizando o uso do termo. Em 2011, aprovou a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (ENCEA), na qual a educomunicação é diretriz central para as políticas públicas, programas e projetos em áreas protegidas (Menezes, 2015).

Além disso, a educomunicação está presente no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), por meio de "metodologias de produção participativa de produtos e ações de comunicação para a Educação Ambiental e a sustentabilidade, desenvolvidas pelas próprias comunidades, contextualizadas com suas realidades" (Moreira; Santos, 2020, p. 39). No âmbito estadual, o termo educomunicação já estava presente, em 2020, no texto legal das políticas de educação ambiental de seis unidades da federação: Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Paraná, São Paulo e Sergipe (Alves; Viana, 2020).

Na Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) - através do Projeto *A ECA e EACH em União para a Sustentabilidade na USP* (Gattás; Cury, 2020), desenvolvido durante a tese de doutorado de Carmen Gattás (Gattás, 2015) e aprovado pela Superintendência de Gestão Ambiental da USP - foi criada a disciplina Educomunicação Socioambiental, no Curso de Licenciatura em Educomunicação, na ECA/USP.

Em termos das pesquisas científicas, um levantamento de teses e dissertações sobre educação ambiental disponíveis no banco da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), realizado em 2019, resultou em 292 trabalhos, e identificou que quase 30% deles mobilizaram a educomunicação como referência para análise crítica de fenômenos socioambientais (Alves; Viana, 2020). Não por acaso, portanto, o tema do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação, realizado em 2022 na Universidade Federal de Campina Grande, em formato híbrido, foi "Educomunicação e Educação Midiática nas Práticas Sociais e Tecnológicas pelos Direitos Humanos e Direitos da Terra" (Soares *et al.*, 2023).

Por último, mas não menos importante, temos a pesquisa de pós-doutorado "Educomunicação na promoção de práticas de sustentabilidade: inclusão de comunidades tradicionais guarani" realizada no IB/USP (Gattás, 2024), cuja proposta foi trabalhar com os saberes indígenas do entorno da Unidade de Conservação (UC) Parque Estadual Jaraguá (PEJ), trazendo mais elementos para a constituição de comunidades de aprendizagem diversas e participativas na conservação e uso sustentável da biodiversidade. O objetivo principal do Projeto foi a criação de uma rede colaborativa entre o PEJ, o Centro de Educação e Cultura Indígena Jaraguá (CECI Jaraguá), os indígenas das aldeias do entorno do PEJ e o grupo de pesquisadores do projeto Biota (IB/USP). Nesta construção dialógica de práticas interculturais de educomunicação socioambiental e do potencial para a biodiversidade, um dos produtos resultantes das oficinas educacionais foi a Imprensa Kunumingue (jovem em guarani), que, atualmente, inicia no CECI Jaraguá um projeto de *podcast* em educomunicação socioambiental.

Ao considerarmos uma diversidade cultural, aprendemos com os povos originários a delegar aos mais velhos o cultivo do Bem Viver e a defender um cuidado maior com a Mãe Terra que proporciona nosso sustento com suas frutas, ervas, raízes, peixes e caças. Eles nos ensinam que precisamos nos ver como parte da natureza e defender o Viver Bem como uma construção coletiva e uma atitude ativa (Payayá, 2024). Eles buscam o diálogo entre a Terra e o Céu, assim como a educomunicação socioambiental busca o diálogo da comunicação e educação ambiental, para que possamos sustentar o céu (Kopenawa; Albert, 2015).

Cada vez mais se evidencia a relação entre a educomunicação e o paradigma do bem viver, que nos ensina que outros mundos (pluriversos) são possíveis e necessários, e precisam ser construídos a partir de saberes múltiplos, guiados pelo bem comum e pela interconexão, desafiando a perspectiva hegemônica que objetifica e mercantiliza as diversas formas de vida (Brianezi; Viana, 2023). Por isso, é cada vez mais urgente levarmos a sério o alerta de que precisamos superar tanto as concepções economicistas de desenvolvimento quanto a visão instrumental da comunicação (Bordenave, 2012). É a partir dessa perspectiva contra-hegemônica que a educomunicação socioambiental tem se fortalecido, conforme apontam as evidências que apresentamos a seguir.

## **2.1. Novidades no campo acadêmico**

Um dos marcos inaugurais do campo acadêmico da educomunicação foi a pesquisa “A inter-relação comunicação e educação no âmbito da cultura latino-americana: o perfil dos pesquisadores e especialistas na área”, realizada pelo NCE de 1997 a 1999 com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Coordenada por Ismar Soares, ela ouviu 176 pesquisadores e especialistas de doze países da América Latina que trabalhavam com a comunicação como eixo transversal de atividades de transformação social (Brianezi; Gattás, 2022).

Um dos resultados dessa pesquisa foi a definição de quatro áreas da educomunicação, a partir da categorização de onde os(as) entrevistados(as) trabalhavam: 1) educação para e pela comunicação; 2) mediação tecnológica na educação; 3) gestão da comunicação em espaços educativos; 4) epistemologia da relação comunicação/educação. Atualmente, a Associação Brasileira de Profissionais e Pesquisadores em Educomunicação (ABPEducom) trabalha com sete áreas de intervenção, sendo que a quinta é a expressão comunicativa por meio das artes, a sexta é pedagogia da comunicação e a sétima, produção midiática, e elas emergiram a partir das temáticas que foram se mostrando mais recorrentes nos Encontros Brasileiros de Educomunicação (Consani, 2024).

A grande novidade é que está em discussão na ABPEducom o reconhecimento da educomunicação socioambiental como a oitava área de intervenção. Há expectativa de que a nova área seja anunciada no XI Encontro Brasileiro de Educomunicação, que será realizado no segundo semestre de 2026, em Santarém (PA), na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

A instituição da oitava área está diretamente ligada à criação do Grupo de Trabalho (GT) Educomunicação Socioambiental na ABPEducom, em 2024. Com 42 integrantes das cinco regiões do Brasil, esse GT tem grande potencial de se somar ao NCE na gestão do GDP Educação Ambiental e Educomunicação da Rede EPEA, fortalecendo seu alcance e impacto.

O GT Educomunicação Socioambiental é um dos três GTs temáticos da ABPEducom, tendo sido o segundo a ser criado. O primeiro foi o GT Assistência Social e o terceiro o GT Educomunicação e Artes. A associação tem, também, sete Núcleos Regionais: Vale do Paraíba, Mato Grosso do Sul, Lins, Nordeste, Litoral Paulista e Norte.

O ano em que a ABPEducom foi criada, 2011, marcou o início dos dois cursos de graduação em educomunicação atualmente existentes: o Bacharelado em Educomunicação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na Paraíba, e a Licenciatura em Educomunicação na Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo (Brianezi; Gattás, 2022). Nesse âmbito, há também outra novidade promissora, anunciada na Semana de Educomunicação 2025, da Escola de Comunicações e Artes (ECA/USP), realizada em agosto: a aprovação por parte do Ministério da Educação (MEC) para abertura da Licenciatura em Educomunicação na Faculdade Sesi de Educação, também sediada em São Paulo, cuja primeira turma começará suas atividades em 2027.

Por fim, outra novidade que sinaliza a potência da sinergia entre educomunicação e educação ambiental na academia é a criação do Programa de Pós-Graduação em Educomunicação e Linguagens na Amazônia – PPGEL-Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Sediado em Parintins (AM), ele iniciou suas atividades em 2025 e é o primeiro mestrado *stricto sensu* da região do Baixo Amazonas, e o primeiro do país especificamente sobre educomunicação, embora a temática esteja presente em linhas de pesquisa de diversos programas de pós-graduação no Brasil, tanto em nível de mestrado quanto de doutorado.

## **2.2. Novidades no campo das políticas públicas**

No campo das políticas públicas, uma tendência crescente tem sido a mobilização da educomunicação como estratégia metodológica para fortalecer a chamada educação ambiental climática (Brianezi; Biasoli; Trajber, 2025). E um exemplo disso é o projeto de pesquisa em andamento “Como a educomunicação pode contribuir para ampliar e qualificar as práticas de educação ambiental climática na educação básica no Brasil”, financiado pela Fapesp por meio do Programa de Pesquisa em Políticas Públicas, e executado pelo NCE em parceria formalizada por meio de Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima (MMA) e a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME), além de parceria informal com o Programa Cemaden Educação, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Movimento Escolas pelo Clima e a Articulação Nacional de Políticas Públicas em Educação Ambiental (Anppea) (Hidalgo; Brianezi, 2025).

A outra evidência é a realização, em 2025, da VI Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (VI CNIJMA), que teve como tema “Vamos transformar o Brasil com educação e justiça climática”. Como nas cinco edições anteriores, nesta sexta CNIJMA as práticas educacionais ganharam centralidade na mobilização de crianças e jovens em todas as etapas da sua realização: escolar, municipal, estadual e nacional.

### **3. Pesquisas que apontam para a (r)existência**

Os cinco trabalhos apresentados e debatidos no GDP 9 do XII EPEA foram: 1) “Avaliação das Ações de Educação Ambiental em Projetos de Conservação Marinha e Costeira no Litoral Brasileiro”, de Juliana Coura de Almeida e Juliana Bento; 2) “A pesquisa em educação ambiental fora da academia: como colocar em prática a educação ambiental que queremos em um contexto de tecnologia e inovação”, de Flávia Torreão Correa da Silva Thiemann, Mayla Willik Valenti, Ariane Di Tullio e Andréia Nasser Figueiredo; 3) “Memes e Negacionismo Climático: o discurso memético como materialidade significativa para a Educação Ambiental”, de Camila Fernanda dos Santos Silva e Wanderson Rodrigues Moraes; 4) “Construindo Educação Ambiental Climática a partir de Práticas Educomunicativas”, de Rachel Hidalgo e Thaís Brianezi; 5) “Para’í e o aterrar: O cinema (e o cineclube) como prática educadora para um aterramento climático frente ao negacionismo climático”, de Caio Chung Micca. Em comum, eles tiveram a perspectiva contra-hegemônica e a partir do trabalho territorial, em sintonia com o conceito de Eduardo Viveiros de Castro de (r)existência, ou seja, de que a educomunicação socioambiental resiste em meio a um contexto de polícrises e o faz a partir da existência de práticas de comunicação e educação ambiental que desafiam a homogeneização universalista (Brum, 2021).

#### **3.1. Breve resumo dos trabalhos apresentados**

Em “Avaliação das Ações de Educação Ambiental em Projetos de Conservação Marinha e Costeira no Litoral Brasileiro”, Juliana Coura de Almeida e Juliana Bento, do Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus Rio Claro (SP), partiram do Projeto Político Pedagógico da Zona Costeira e Marinha do Brasil (PPPZCM) para avaliar dezessete iniciativas cadastradas na plataforma PPPZCM, da Anppea. Elas responderam ao questionário enviado pelas pesquisadoras, em fevereiro e março de 2024. Os resultados sinalizam muitas potências (todas as entidades trabalham com educação ambiental, sendo que sete realizam formação docente), mas, também, muitos desafios (entre as dificuldades encontradas pelas organizações respondentes para realizar seu trabalho estão complexidade logística e de comunicação, falta de verba, parceria e de reconhecimento).

Em “A pesquisa em educação ambiental fora da academia: como colocar em prática a educação ambiental que queremos em um contexto de tecnologia e inovação”, Flávia Torreão Correa da Silva Thiemann, Mayla Willik Valenti, Ariane Di Tullio e Andréia Nasser Figueiredo, da empresa Fubá Educação Ambiental, de São Carlos (SP), trazem resultados da pesquisa sobre a viabilidade da criação de um aplicativo móvel para a mediação de visitas a zoológicos. O estudo teve financiamento da Fapesp, por meio do Programa Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas (PIPE), e aconteceu em 2017 e 2018. Mostrou o quanto a criação e uso de aplicativos podem envolver processos educacionais, de cocriação com os potenciais usuários(as).

Em “Memes e Negacionismo Climático: o discurso memético como materialidade significativa para a Educação Ambiental”, Camila Fernanda dos Santos Silva e Wanderson Rodrigues Moraes, da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), refletem sobre as potências e limites do uso da linguagem mimética na educação ambiental. A partir de pesquisa bibliográfica

e documental, eles apontaram como os memes podem ser enunciados mediadores das disputas discursivas que acontecem em torno das temáticas socioambientais, contribuindo para desvelar e combater práticas de negacionismo climático presentes na internet.

Em “Construindo Educação Ambiental Climática a partir de Práticas Educomunicativas”, Rachel Hidalgo e Thaís Brianezi compartilham os fundamentos teóricos do projeto de pesquisa “Como a Educomunicação pode ampliar e qualificar as práticas de educação ambiental climática na educação básica no Brasil?”. E defendem que a educomunicação contribui com a educação ambiental climática ao trabalhar informações (combate à chamada pós-verdade) e valores (combate à chamada pós-política).

E, por fim, em “Para’í e o aterrar: o cinema (e o cineclube) como prática educomunicadora para um aterramento climático frente ao negacionismo climático”, Caio Chung Micca, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), pergunta-se se a experiência cineclubista pode ser entendida como uma prática educomunicativa socioambiental para o enfrentamento das negações das questões climáticas. Sua análise ensaística se debruça sobre o filme ficcional “Para’Í”, lançado em 2018 e gravado na terra indígena Jaraguá, na capital paulista.

### 3.2. Olhando para os trabalhos a partir das problemáticas chave do GDP

Como já citado na introdução, a ementa do GDP 9 listava quatro tensões consideradas problemáticas-chave da pesquisa em educação ambiental e educomunicação: 1) complexidade e redução; 2) estratégia e tática; 3) territorialização e virtualidade; 4) limites e aceleração. Apresentamos, brevemente, cada uma delas, já evidenciando como elas se manifestaram nos cinco trabalhos apresentados e debatidos no GDP 9 do XII EPEA.

Estratégia diz respeito à hegemonia, a quem dita as regras do jogo, enquanto tática é a contra-hegemonia, o agir insurgente nas brechas, o hackeamento. A tensão entre estratégia e tática no campo da educomunicação socioambiental costuma se manifestar, justamente, porque as possibilidades de transformação são limitadas por um contexto sociopolítico e econômico que busca manter o *status quo*. Como nos ensinou Karl Marx, fazemos história, sim, mas nas condições dadas para esse fazer (Brianezi; Tate, 2025).

O artigo “Avaliação das Ações de Educação Ambiental em Projetos de Conservação Marinha e Costeira no Litoral Brasileiro” demonstra como a atuação educadora ambientalista de organizações ao longo da zona costeira e marinha do Brasil é potente, mas tem seu impacto limitado por dificuldades financeiras. Já na “A pesquisa em educação ambiental fora da academia: como colocar em prática a educação ambiental que queremos em um contexto de tecnologia e inovação”, a escolha do zoológico como lugar para desenvolvimento do estudo e cocriação do aplicativo se deu – apesar de todas as contradições desse espaço, relativa aos animais não humanos, que são alvo de lazer e curiosidade dos animais humanos – justamente pela viabilidade econômica (é um espaço que atrai público e financiadores).

A educomunicação socioambiental lida com temáticas complexas, mas precisa reduzi-las para gerar comunicação. Ou seja: embora as questões socioambientais sejam marcadas por interconexão, interdisciplinaridade e conhecimentos técnicos e tradicionais difíceis de enquadrar de forma didática, para gerar diálogo precisamos encontrar redutores que atuem

como temas geradores de conversa, que estabeleçam vocabulários comuns como ponto de partida, adotar linguagem simples (Brianezi; Tate, 2025).

O artigo “Memes e Negacionismo Climático: o discurso memético como materialidade significativa para a Educação Ambiental” mostra como memes têm potência justamente por serem uma linguagem redutora. Mas, também, que eles só criam significados de forma contextualizada e se o público tiver um grau mínimo de literacia digital. Já em “Construindo Educação Ambiental Climática a partir de Práticas Educomunicativas”, educação ambiental climática foi o termo utilizado para buscar gerar aproximação e parceria entre dois termos e campos que estavam em oposição: a educação ambiental e a educação climática. E, novamente em “A pesquisa em educação ambiental fora da academia: como colocar em prática a educação ambiental que queremos em um contexto de tecnologia e inovação”, o aplicativo criado trazia textos curtos sobre os animais dos zoológicos, de no máximo quarenta palavras, que buscavam instigar a curiosidade e reflexão nos(as) visitantes (bem diferentes de como as placas de um zoológico costumam ser, que trazem apenas informações de onde aquela espécie mora ou do que se alimenta).

Virtualidade diz respeito ao ideário de superioridade e suposta autossuficiência do ser humano e das suas tecnologias, à ilusão prometeica que nega e nos afasta das condições concretas de nossa existência. Aterramento é o necessário processo de reconexão, de pensar e agir a partir do lugar, do pertencimento ao solo, mas sem a ilusão de que haja uma totalidade a ser apreendida ou limites bem definidos (Brianezi; Tate, 2025).

Em “Para’í e o aterrar: O cinema (e o cineclube) como prática educomunicadora para um aterramento climático frente ao negacionismo climático”, um aparato que costuma estar vinculado ao virtual, o celular, foi usado como estratégia de aterramento: registrando e circulando as narrativas dos próprios guarani sobre seu território. E em “A pesquisa em educação ambiental fora da academia: como colocar em prática a educação ambiental que queremos em um contexto de tecnologia e inovação”, na construção do aplicativo a ser utilizado por visitantes de um zoológico, uma das preocupações era que a interação com a tela do celular não desviasse a pessoa da experiência concreta e carnal da visita.

Por fim, ancestralidade diz respeito ao reconhecimento de que carregamos, em nós e no mundo, as heranças das vivências e saberes de nossos antepassados, e que elas se manifestam inclusive no plano espiritual e onírico. É valorizar a resistência e existência de epistemologias e práticas não orientadas pela modernização ocidental e sua racionalidade instrumental, que podem contribuir para o necessário reencantamento do mundo. Já a aceleração diz respeito ao aumento exponencial, desde a segunda metade do século passado – em abrangência, intensidade e velocidade – da superexploração dos seres humanos e da dita natureza, vistos como recursos para o processo de acumulação capitalista, legitimado pelo ideário do progresso e pelo produtivismo (Brianezi; Tate).

Em “Construindo Educação Ambiental Climática a partir de Práticas Educomunicativas”, há a reflexão de como a emergência climática é uma questão urgente, mas cujo debate e ação não podem ser atropelados pela lógica produtivista. E em “Para’í e o aterrar: O cinema (e o cineclube) como prática educomunicadora para um aterramento climático frente ao negacionismo climático”, a experiência cineclubista se constitui como uma vivência desacelerada, marcada pela concentração de assistir em coletivo a um filme e, depois, conversar sem pressa sobre ele.



#### 4. Considerações finais

Participaram da seção vespertina de apresentação dos trabalhos do GDP 9 o total de treze pessoas. Nas duas sessões noturnas houve nove participantes cada, sendo que alguns eram diferentes a cada dia. Mais de uma pessoa que esteve no GDP contou que só não submeteu trabalho porque atentou, no momento da submissão, para a existência do novo grupo ou, então, ficou em dúvida se a sua pesquisa se enquadrava nele. Dois exemplos são Luís Paulo Leopoldo Mercado, professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), que desenvolve pesquisas sobre o uso de metodologias digitais na educação ambiental climática, e Gabriele Nigra Salgado, professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que atua na Licenciatura em Educação do Campo e pesquisa processos formativos que envolvem a agroecologia.

Espera-se, portanto, que na próxima edição do EPEA, que será em 2027, na Universidade de São Paulo, o GDP Educação Ambiental e Educomunicação não apenas permaneça, mas tenha uma quantidade maior de trabalhos a serem apresentados e debatidos. Fazendo jus, assim, à crescente convergência entre os dois campos, concretizada na educomunicação socioambiental, com importantes marcos recentes de fortalecimento no campo acadêmico e nas políticas públicas, conforme demonstrado neste artigo.

Por fim, e em consonância com o objetivo de documentar e analisar o nascimento deste promissor GDP, gostaríamos de registrar que os participantes da primeira edição dele, em 2025, formularam conjuntamente o que consideraram a premissa básica das pesquisas na área: “Todos(as) têm direito a se apropriar das linguagens e meios para contar suas próprias histórias”. Não por acaso, ela dialoga diretamente com a temática do XII EPEA, que foi “Formação de educadoras/es ambientais: a pesquisa com”.

#### Agradecimentos

Esta publicação é parte das atividades vinculadas ao projeto temático “Como a educomunicação pode ampliar e qualificar as práticas de educação climática na Educação Básica no Brasil?” (FAPESP 2023/08836-2 PPPP).

#### Referências

ALVES, B.; VIANA, C. E. Interfaces entre Educomunicação e Educação Ambiental nas políticas públicas e em teses e dissertações brasileiras. In: COSTA, R. N. *et al.* (org.). *Imaginamundos: interface entre educação ambiental e imagens*. Rio de Janeiro: NUPEM/UFRJ, 2020. p. 108-136.

BORDENAVE, J. D. Os novos desafios da comunicação para o desenvolvimento. In: HEBELÊ, A.; COZENZA, B.; SOARES, F. (org.). *Comunicação para o desenvolvimento*. Brasília: Embrapa, 2012. p. 9-28.

BRIANEZI, T.; BIASOLI, S. A.; TRAJBER, R. Enfrentar a emergência climática demanda investir em educação ambiental transformadora. *Diálogos Soberania e Clima*, Brasília, v. 4, p. 4-14, 2025.

BRIANEZI, T.; GATTÁS, C. A educomunicação como comunicação para o desenvolvimento sustentável. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 33-43, 2022.

BRIANEZI, T.; TATE, J. M. Fighting for climate environmental education in Brazil: educative perspectives against the instrumentalization of human and nonhuman lives. *Frontiers in Communication*, Lausanne, v. 10, p. 1-13, 2025.

BRIANEZI, T.; VIANA, C. E. Educomunicação, bem-viver e justiça climática: sinergias potencializadoras de outros mundos possíveis (e necessários). In: MELO, D. M.; LAGO, C. (org.). *Educomunicação e outras epistemologias*. São Paulo: Paulus, 2023. p. 135-153.

BRUM, E. *Banzeiro Ôkôtô – uma viagem à Amazônia Centro do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

CONSANI, M. *Educomunicação: o que é e como fazer*. São Paulo: Contexto, 2024.

GATTÁS, C. L. M. E. Educomunicação na promoção de práticas de sustentabilidade: inclusão de comunidades tradicionais Guarani. 2024. Pós-Doutorado (Ciências Biológicas) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

GATTÁS, C. L. M. E. *Educomunicação Socioambiental: um paradigma para a Educação Ambiental*. 2015. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GATTÁS, C.; CURY, L. *Relato de uma experiência interdisciplinar no âmbito do curso de Educomunicação da ECA/USP: avanços e desafios*. São Paulo: Repositório Institucional da USP – Biblioteca Digital da Produção Intelectual, 2020.

HIDALGO, R.; BRIANEZI, T. Educomunicación socioambiental y colapso climático: revisión crítica de los discursos ambientales para el fortalecimiento del compromiso colectivo. *Revista Digital de Educación Ambiental*, Santiago, v. 1, p. 1-13, 2025.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MENEZES, D. *Comunicação e educação na gestão participativa de unidades de conservação: o caso da APA da Serra da Mantiqueira*. 2015. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) – Labjor, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MOREIRA, T.; SANTOS, R. S. S. (ed.). *Educação para o desenvolvimento sustentável na escola: caderno introdutório*. Brasília: UNESCO, 2020.

PAYAYÁ, A. R. *Os Indígenas, a Mãe Terra e o Bem Viver*. São Paulo: Salamandra, 2024.

SOARES, I. et al. *Educomunicação e Educação Midiática nas Práticas Sociais e Tecnológicas pelos Direitos Humanos e Direitos da Terra*. São Paulo: ABPEducom, 2023.